

FORDISMO, FORDISMO PERIFÉRICO E METROPOLIZAÇÃO*

Alain Lipietz **

Fazemos um convite para uma reflexão sobre duas evoluções divergentes.

Nos anos 1945-55, França e Itália – sob tutela das autoridades dos exércitos de libertação e, em seguida, dos órgãos de controle do Plano Marshall – apareciam como países quase subdesenvolvidos aos olhos dos especialistas norte-americanos (Boltanski, 1982). Um fluxo maciço de créditos e de doações permitiu que esses dois países se equipassem. “Missões de produtividade” enviadas aos Estados Unidos ensinaram as classes dirigentes a administrar um novo modelo de desenvolvimento capitalista: o fordismo. Em cerca de 20 anos, as estruturas sociais e geográficas desses dois países foram completamente transformadas. A participação da população agrícola na população ativa francesa passou de 40% em 1945 para 15% em 1968 e para 9% em 1975. Nos anos 50, especialistas do planejamento regional prognostivaram uma explosão da metrópole parisiense e, de forma secundária, de algumas outras grandes cidades que absorviam tradicionalmente o êxodo rural. Previa-se, para 1970, a oposição entre uma metrópole parisiense de 20 milhões de habitantes e um “deserto francês”.

Nada disso ocorreu. O crescimento das grandes cidades e o êxodo rural cessaram desde 1975, e, no recenseamento de 1982, verificou-se que todas as aglomerações de mais de 30.000 habitantes tiveram sua população reduzida. A metrópole parisiense não chegou a ultrapassar oito milhões de habitantes em urbanização contínua. Esse fenômeno não é peculiar à França. A Itália, da mesma forma, não conheceu uma urbanização monstruosa, e o fenômeno também reverteu ali, desde o fim dos anos 60, em benefício de uma urbanização difusa. As duas megalópoles americanas (Nova Iorque-Filadélfia e Los Angeles-São Diego) não chegaram verdadeiramente a se concretizar, e o crescimento impressionante de seus núcleos nunca se tornou explosivo. Os mais urbanizados países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) conseguiram sempre manter o domínio sobre

* Este artigo foi traduzido do francês – *Fordisme, fordisme périphérique et métropolisation* – por Ricardo Brinco.

** Economista e Pesquisador do Centre d'Études Prospectives d'Économie Mathématique Appliquées à la Planification (CEPREMAP), Paris.

o crescimento de seus centros urbanos, e, para tanto, a criação de cidades-satélites no entorno dos maiores centros desempenhou apenas um papel secundário.

Nos anos 60, um certo número de países do Terceiro Mundo iniciou, por sua vez, um processo de industrialização semelhante. Os mais conhecidos são chamados de “Novos Países Industrializados” (NPI), ainda que o fenômeno seja, na verdade, bastante difundido. Essa industrialização foi também financiada por transferências de créditos e de tecnologia provenientes do fordismo central. Todavia foi acompanhada de uma formidável explosão urbana, que não parece fazer cessar a crise atual desse modelo de industrialização, o qual denominamos de “fordismo periférico”.¹

Evidentemente, podemos supor que, se as mesmas causas não tiveram os mesmos efeitos, é porque as causas não eram exatamente semelhantes, nem idênticas as condições da acumulação. Essa é a hipótese que vamos explorar.

Lembraremos, antes de mais nada, o que foi o fordismo (seção 1) e, depois, o que foi (e continua sendo) o “fordismo periférico” (seção 2). Avaliaremos a realidade do fenômeno (seção 3). Em seguida, estabeleceremos as diferenças entre o modelo fordista central e o modelo fordista periférico (seção 4) e concluiremos interrogando-nos a respeito do que poderia ser uma política econômica e social geral, capaz de bloquear a explosão metropolitana.

1 – O que é o fordismo central?

O fordismo é um regime de acumulação que se desenvolveu na maior parte dos países da OCDE, após a Segunda Guerra Mundial (Aglietta, 1976; Boyer & Mistral, 1978; Coriat, 1978; e Lipietz, 1979).

Chama-se de **regime de acumulação** a um modo de realocação sistemática do produto, que administra, ao longo de um período prolongado, uma certa adequação entre as transformações das condições da produção e aquelas das condições do consumo. Um tal regime de acumulação pode ser resumido através de um **esquema de reprodução**, que descreve, de período em período, a alocação do trabalho social e a distribuição dos produtos entre os diferentes departamentos da produção. Por **departamentos**, entende-se uma divisão do conjunto produtivo considerado, divisão esta adaptada ao problema da reprodução e da acumulação, fazendo-se abstração de qualquer consideração técnica em termos de trabalho concreto. O esquema de reprodução é, de certa forma, o esqueleto do regime de acumulação, a indicação matemática de sua coerência social.

A divisão mais simples é em dois departamentos (I: produção de bens de capital; II: produção de bens de consumo). Naturalmente, ela pode ser aprimorada mediante subdepartamentos. A consideração do comércio internacional permite iden-

¹ Para uma análise detalhada desse modelo, ver Lipietz (1985). Uma abordagem metodológica e uma apresentação teórica são encontradas em Lipietz (1983), publicado no Brasil.

tificar um “departamento exportador”: toda função macroeconômica de produção possibilita definir um departamento. Além do mais, a existência de outras formas ou modos de produção na formação econômico-social, que se reproduzem através de uma relação de articulação com o capitalismo, vem ainda complicar os regimes de acumulação.² Podemos definir subdepartamentos em função dos modos de produção, que contribuem diferentemente para as funções macroeconômicas e criam as rendas das distintas classes sociais.

Desde há alguns anos, estudos econômicos de longo prazo evidenciaram a grande variedade dos regimes de acumulação. Um regime de acumulação pode ser, principalmente, **extensivo** ou **intensivo**, isto é, a acumulação capitalista está, sobretudo, consagrada a aumentar a escala de produção, tendo em conta normas produtivas idênticas, ou a aprofundar a reorganização capitalista do trabalho (a “submissão real” do trabalho ao capital), em geral no sentido de uma maior produtividade e de um maior coeficiente de capital. Por outro lado, o “centro” do dispositivo produtivo, isto é, o pólo estruturador da validação social da produção, pode-se deslocar de departamento em departamento. Conforme observado por Palloix (1973), a produção capitalista centrou-se sucessivamente nos bens trocáveis pela renda ou mais-valia (Departamento III), pelo capital constante (Departamento I), pelo capital variável (Departamento II). . .

De forma esquemática, da primeira revolução industrial até a Primeira Guerra Mundial, prevaleceu, nos primeiros grandes países capitalistas, um regime de acumulação preponderantemente extensivo, centrado na reprodução ampliada dos bens de capital e, desde a Segunda Guerra, um regime preponderantemente intensivo, centrado no crescimento do consumo de massa.

Em todo caso, um regime de acumulação não flutua, desencarnado, no mundo etéreo dos esquemas de reprodução. Para que este ou aquele esquema se realize, e se reproduza de forma durável, é preciso que formas institucionais, procedimentos e hábitos — agindo como forças coercitivas ou indutoras — conduzam os agentes privados a obedecerem a tais esquemas. Esse conjunto de formas é chamado de **modo de regulação**. Um dado regime de acumulação não se satisfaz com qualquer modo de regulação. Na realidade, as crises econômicas, que se apresentam como uma perturbação mais ou menos prolongada da reprodução ampliada, podem exprimir diversas conjunturas.

As “grandes crises” marcam uma não-adequação entre o modo de regulação e o regime de acumulação, seja porque um novo regime se encontra retardado por formas de regulação superadas (caso da crise de 1930), seja porque o próprio regime

² A articulação de um modo de produção com outro (noção introduzida por P. P. Rey (1969), aliás, a propósito das relações “centro-periferia”) pode passar por vários estágios (articulação externa, integração. . .), o que permite precisar ainda melhor a análise do regime de acumulação. Ver, por exemplo, a análise da articulação entre a pequena produção mercantil agrícola e o capitalismo na história econômica da França, o que possibilita compreender o desenvolvimento desigual de suas regiões, em Lipietz (1977).

de acumulação esgotou suas possibilidades no contexto do modo de regulação em vigor (caso, tudo leva a crer, da crise do final do século XIX e da atual).

Pode-se, com efeito, analisar a grande crise dos anos 30 como a primeira crise da acumulação intensiva ou a última crise da “regulação concorrencial”. Esse modo de regulação caracterizava-se, de fato, por um ajustamento *a posteriori* das quantidades produzidas nos diferentes ramos em função do movimento de preços, por uma aguda sensibilidade destes últimos à demanda e por um ajuste dos salários ao movimento dos preços, o que resultava em estabilidade (ou fraco crescimento) do salário real direto. Um tal modo de regulação era relativamente adequado a uma acumulação extensiva, com ligeiras modificações das normas de produção e consumo.

Em tal modo de regulação, a procura hesitante de mercados pelos capitais dos diferentes departamentos, que não podiam prever corretamente seu crescimento coletivo, representava um problema lancinante, e a superprodução, local ou generalizada, constituía a principal ameaça. Disso derivava a importância da questão dos mercados, em especial os “exteriores ao capitalismo”, que foram encontrados principalmente na **periferia**, no exterior dos primeiros **centros** capitalistas. Foi essa **uma** das causas da formação da “primeira divisão internacional do trabalho”, entre um “Norte” exportador de produtos capitalistas manufaturados e um “Sul” exportador de bens primários.³

Contudo a progressiva generalização, ao fim da Primeira Guerra Mundial, de novas formas de organização do trabalho (a revolução tayloriana, seguida da fordiana) iria gerar ganhos de produtividade sem precedentes (na França, da ordem de 5 a 6% ao ano, contra 2% em média desde a primeira revolução industrial). A regulação concorrencial não induzia uma progressão da demanda final correspondente a esses ganhos de produtividade. O “boom” dos “anos loucos”, engendrado pela enorme elevação da **mais-valia relativa** nos anos 20, resultou em uma formidável crise de superprodução nos anos 30.

Após a Segunda Guerra Mundial, ao contrário, pode-se generalizar o regime de acumulação intensiva, baseado no consumo de massa, na medida em que um novo modo de regulação, “**monopolista**”, incorporou, *a priori*, um crescimento do consumo popular proporcional aos ganhos de produtividade na determinação dos salários e dos lucros nominais. É esse regime que, seguindo as intuições iniciais de Gramsci e de Henri de Man, se chama de “fordismo” na atualidade, designando, assim, dois aspectos que, mesmo se teoricamente associados, são relativamente distintos, sujeitos a decalagens históricas e, como veremos, geográficas.

Posteriormente à Primeira Guerra Mundial, nos anos 20, havia se generalizado um modo revolucionário de organização do trabalho nos Estados Unidos e, de forma parcial, na Europa: o **taylorismo**. Tratava-se, no processo de trabalho, de expropriar os operários de seu *savoir-faire*, dali em diante sistematizado por engenheiros e técnicos através dos métodos de “Organização Científica do Trabalho”. Um passo a

³ O que não significa que essa “primeira divisão internacional do trabalho tenha sido criada de modo funcional às necessidades do centro” (Lipietz, 1983).

mais e tinha-se a incorporação desse conhecimento sistematizado no sistema automático de máquinas, ditando o modo operacional a operários expropriados da iniciativa: essa é a **vertente produtiva do “fordismo”** (Coriat, 1979). Todavia note-se que, no interior dos ramos taylorizados e depois fordizados — e, em especial, do mais característico entre esses, o ramo da metalúrgica (*filière métallique*) —, a presença de trabalhadores qualificados permanece indispensável em todos os níveis e, sobretudo, nos segmentos a montante desse ramo, aqueles em que se opera a famosa “incorporação”: na fabricação de bens de capital, de máquinas-ferramenta, etc., que constitui, assim, o “coração” do dispositivo produtivo. Veja-se, além disso, que a taylorização pressupõe, de início, uma certa qualificação da força de trabalho ou, pelo menos, uma certa “cultura industrial”.

O certo é que, uma vez iniciado o processo, dele resultou uma rápida elevação da produtividade do trabalho e, com a mecanização, um aumento do volume do capital fixo “per capita”. Na medida em que essa elevação da produtividade resultou, como já vimos, na crise de superprodução de 1930, a humanidade colocou-se — segundo a célebre fórmula — um problema que ela levou 15 anos para resolver, através de uma confrontação gigantesca de nações, de classes e de projetos políticos.

Foi esse “achado” que levou a melhor: um novo modo de regulação, possibilitando o pleno desenvolvimento do fordismo pela adição de uma segunda vertente, qual seja, a contínua adaptação do **consumo de massa** aos ganhos de produtividade. Essa adaptação provocou uma enorme mutação do modo de vida dos assalariados, sua “normalização” e integração à própria acumulação capitalista (Granou; Baron; Billaudot, 1979). Ela foi imposta por formas institucionais de garantia de crescimento do salário **direto** (convenções coletivas, salário mínimo) e **indireto** (Estado-Providência).

Assim, após a reconstrução na Europa (por sua própria natureza, de caráter extensivo) e a Guerra da Coréia, os países da OCDE experimentaram um novo crescimento intensivo, o qual — dessa vez — durou 20 anos, durante os quais a produtividade aumentou ainda consideravelmente, aliás como também o capital fixo *per capita*. Mas, então, a elevação do poder de compra dos assalariados (produtivos e improdutivos) acompanhou quase exatamente o aumento da produtividade. Na medida em que este último aumento afetou de forma mais ou menos igual os dois departamentos, a composição orgânica do capital permaneceu praticamente inalterada, assim como a distribuição do valor adicionado (a taxa de mais-valia).

Os diferentes países da OCDE puderam, assim, apresentar, durante cerca de 20 anos, um crescimento excepcionalmente forte, excepcionalmente longo e excepcionalmente regular. É certo que houve algumas inflexões (as “recessões”) e que se registraram grandes variações entre os ritmos de crescimento nacional, mas é possível afirmar que cada país experimentou e desenvolveu o fordismo por conta própria, ampliando sua demanda interna. O país inicialmente mais avançado, os Estados Unidos, apresentou, evidentemente, um crescimento mais fraco (ainda que da ordem de 4% ao ano) do que aquele dos países de fordismo mais jovem. Somente a Grã-Bretanha, em razão da força de seus sindicatos e do desinteresse de sua burguesia financeira, afastou-se notavelmente do modelo de produção fordista e obteve um crescimento mais medíocre.

No entanto, ao final dos anos 60, esse regime entrou em crise. É conveniente distinguir, na verdade, três séries de fenômenos e de encadeamentos diferentes no desenvolvimento da crise atual:

- aqueles que dependem da crise geral do fordismo e que são encontrados mais ou menos em todos os países que adotaram esse modo de desenvolvimento;
- os encadeamentos amplificadores devidos à interconexão das diferentes formações sócio-econômicas;
- os fenômenos específicos a cada uma das formações sociais envolvidas.

Não vamos evocar, é claro, essas especificidades nacionais. Em compensação, deve ficar bem clara a distinção entre os dois primeiros tipos de encadeamentos, sendo evidentes suas implicações políticas. Considerando-se os segundos, a crise surge como uma crise unicamente da regulação monopolista **nacional**, tornada contraditória com a internacionalização da produção: pode-se contemplar uma saída mediante uma retomada organizada do crescimento. Tomando-se em conta os primeiros, a crise afeta também as raízes do regime de acumulação intensiva, baseado nos princípios taylorianos de organização do trabalho e do desenvolvimento fordiano do consumo de massa. Procuraremos apresentar aqui uma síntese.

O fator mais nítido da crise do regime de acumulação reside na diminuição geral dos ganhos de produtividade, que intervém pelo final dos anos 60 e afeta, inclusive, os ramos mais tipicamente fordistas, como a indústria automobilística. Mas como é que tal diminuição gera uma crise?

Uma primeira pista consiste em chamar atenção para a contradição entre essa diminuição e a manutenção das tendências ao aumento do poder de compra. A crise nasceria de um “estrangulamento dos lucros” (*profit squeeze*), causado por uma aceleração das altas do poder de compra, levando a uma elevação do custo salarial por unidade produzida. Contudo as estatísticas não parecem confirmar esse diagnóstico para o conjunto dos países industrializados no início dos anos 70 (salvo, transitoriamente, na Alemanha e no Japão). Mais exatamente, a elevação do poder de compra não demonstra uma aceleração autônoma. Naqueles (raros) casos em que a mesma ultrapassa os ganhos de produtividade, isso ocorre porque estes últimos diminuiram. Além do mais, se fosse essa a origem da crise, uma simples diminuição das altas de salário (direto ou indireto) teria bastado para eliminá-la.

Mais convincente parece ser o fato de ser levada em consideração a outra componente da lucratividade do capital: esses ganhos de produtividade declinantes exigiram, desde a metade dos anos 60, uma elevação **em valor** do capital *per capita* ou, em termos marxistas, da composição orgânica do capital. Desde essa época, com efeito, os ganhos de produtividade não mais compensam o aumento da composição técnica do capital, o volume de capital fixo *per capita*.

Quer se dê ênfase ao *profit squeeze* ou à alta da composição orgânica do capital, o fato é que a crise atual da acumulação intensiva aparece como uma crise de **rentabilidade**, ao contrário daquela de 1930, que constituía uma crise de **superprodução**. As formas institucionais da regulação monopolista inibem efetivamente a “espiral depressiva”: a inchação do salário indireto freia a baixa do poder de com-

pra global (não obstante o crescimento do número de desempregados), e a solidez da moeda de crédito permite a sobrevivência de empresas que, no contexto de um sistema bancário sob coerção de uma padrão-ouro, teriam sido forçadas à falência. A crise vai assumir a forma de uma **estagnação** (e não de uma derrocada da produção), coexistindo com uma **inflação** (e não com uma queda de preços).

Pelo menos é o que ocorreu no Norte, durante todo o período da “gestão social-democrata” da crise, até o segundo choque do petróleo — ao fim da Presidência Carter — e o “choque monetarista”. Não desenvolveremos aqui as consequências desses dois choques, que foram dolorosamente ressentidos nos países do Sul e cujo balanço resta ainda por fazer.⁴ Vejamos, isto sim, o que se passou no Sul, durante o período 1960-80.

2 — Do fracasso da “primeira política de substituição de importações” ao “fordismo periférico”

Aproveitando-se da grande crise dos anos 30, os regimes populistas da América Latina — seguidos por outros países nos anos 50, a exemplo da Coreia do Sul — inauguraram a “estratégia de substituição de importações”. Tratava-se de proceder à acumulação das receitas das exportações primárias na indústria de bens de consumo, pela aquisição de bens de capital no centro e pela proteção a essas indústrias nascentes mediante fortes barreiras alfandegárias. A expectativa era de poder aplicar, a seguir, a mesma tática à produção de bens duráveis e de capital.

2.1 — Um “fordismo incompleto”

Após alguns sucessos iniciais, essa estratégia enfrentou grandes dificuldades nos anos 60. Esse modelo de industrialização da periferia, pela adoção parcial e frequentemente ilusória do modelo central de produção e consumo, ainda que sem a adoção das correspondentes relações sociais, mostrou-se, com efeito, incapaz de inserir-se no “círculo virtuoso” do fordismo central. São três as razões principais.

Antes de mais nada, **no tocante ao processo de trabalho**, a tecnologia não é um recurso transferível, que cresce nas florestas do Norte. Não basta importar as máquinas. É preciso construir as correspondentes relações sociais do trabalho. Ora, tais países não possuíam, então, a classe operária com experiência e o pessoal de apoio necessários para aplicar os modos de produção fordistas. Estes últimos, como já dissemos, derivam de um processo de expropriação e sistematização do

⁴ Uma análise do “estrangulamento” da nova industrialização do Sul pelo fordismo central é encontrada em Lipietz (1983a), publicado no Brasil.

savoir-faire operário **previamente existente**, não podendo dele nunca prescindir totalmente. Com isso, a produtividade “teórica” das formas de produção importadas não chegou jamais a ser alcançada. Em compensação, uma vez ultrapassada a fase de “substituição fácil”, exigindo pouco capital fixo, o custo dos investimentos (portanto, das importações de bens de capital) ascende vertiginosamente com a mecanização, do que resulta uma baixa da rentabilidade do capital, que pode ser mascarada, durante um certo tempo, pela imposição inflacionária de uma margem de lucro por firmas nacionais em posição de monopólio.

Em seguida, no tocante aos mercados, as características de uma regulação “monopolista” ficaram reduzidas à gestão “administrada” das margens de lucro e da moeda de crédito. Foram raros os casos de ampliação significativa do poder de compra do operário e do camponês (sob o peronismo e, mais tarde, sob a Democracia Cristã e, em seguida, a Unidade Popular Chilena). Os mercados permaneciam, portanto, limitados:

- por um lado, às classes dominantes e médias, originárias da economia de exportação. Em qualquer hipótese, um mercado limitado e, sobretudo, sociologicamente estratificado, recalcitrante ao consumo de massa de artigos estandardizados;
- por outro, ao “exterior”. . . , isto é, ao centro! Ora, por falta de produtividade, e apesar da diferença de salários (que, nessa época, não são tão importantes como ao final dos anos 60), a produção de manufaturados da periferia não podia ser então competitiva.

No tocante às trocas externas, mesmo se a famosa questão dos “termos de troca” entre as matérias-primas, cuja exportação financiava a industrialização, e os bens de capital importados do centro permanece controvertida (pelo menos, em se atendo ao “efeito-preço unitário”), o fato é que a complementação em termos dos ramos produtivos, antes do estágio de montagem final, implicava um crescimento muito rápido do **volume** de investimentos — e, portanto, das importações —, que não podia ser compensado pelo crescimento das exportações de matérias-primas.

Com isso, era inevitável que a política de substituição de importações se defrontasse com a barreira do *deficit* do comércio exterior e do endividamento, com inflação interna, tal como ocorreu no caso do Chile. . . , a menos que o modelo se consumisse na estagnação, como nas Filipinas.

Todavia tais experiências possibilitaram uma real transformação social, com o desenvolvimento de uma classe operária, de camadas médias e de um capital industrial modernos. Podemos falar, a seu propósito, de um “**subfordismo**”, isto é, de uma **caricatura** de fordismo, uma tentativa de industrialização segundo a tecnologia e o modelo de consumo fordianos, ainda que **sem** as condições sociais, seja no referente ao processo de trabalho, seja no referente à norma de consumo das massas.

Nesse fracasso, a responsabilidade da “dependência”, que é real, é muito mais mediata do que o afirmam os *slogans* vingativos. O elo que falta deve ser procurado, antes de mais nada, na estrutura social **interna** — consolidada pela manutenção de uma distribuição muito desigual da renda no setor de exportação de matérias-primas e pelo fracasso redistributivo das reformas agrárias — e na incapacidade de ampliar

o setor manufatureiro e de realizar a integração do consumo popular ao regime de acumulação. A existência do centro pesa, sobretudo (além das marcas de colonização na estrutura social interna), em função do sucesso de sua própria “autocentragem”: a difusão do regime de acumulação intensiva amplia, pelo menos nessa época, as diferenças de competitividade entre o centro e a periferia, excluindo esta última do comércio internacional de bens manufaturados. E, no entanto, é em razão mesmo desse sucesso que o centro irradia seu modelo de produção e suas normas de consumo, levando a substituição de importações a uma armadilha mimética.

É preciso ter bem presente que, mesmo nos países da OCDE, a revolução fordiana não se fez em um só dia. A invenção ou adoção das novas normas de produção, de consumo e de gestão da relação salarial apresentou diferentes resultados, em relação aos quais o país mais avançado, os Estados Unidos, desempenhou um papel de iniciador. A “difusão desigual da acumulação intensiva” (Mistral, 1982) triunfou brilhantemente na Europa do Norte continental, Japão, Austrália, Canadá e Nova Zelândia. Mas até a Grã-Bretanha, em razão da força de resistência de sua classe operária profissional e do peso de seu capital financeiro, excessivamente internacionalizado para dedicar-se a essa revolução interna, “perdeu” parcialmente o trem do fordismo, desencadeando, assim, um processo de evicção do centro. A Argentina, um dos países mais ricos e desenvolvidos em 1945, vai “perdê-lo” também em razão da resistência operária e da opção de sua classe dominante em voltar-se para a agricultura exportadora.

Em todos os países onde se impôs a acumulação intensiva com consumo de massa, se cabe falar em imperialismo americano, tratava-se então — e antes de mais nada — de imperialismo cultural, que visava impor seu modelo de desenvolvimento e não manter uma situação de subdesenvolvimento. Porque, nos anos 1945-60, a importação de máquinas americanas, financiada pelos Planos Marshall e MacArthur na Europa e no Japão, combinava-se com a importação das normas fordistas de consumo, de organização do trabalho e de contrato sindical.

Todavia, a partir do instante em que o fordismo “pegou” nesses países, não mais se pensaria em falar de “periferia” a propósito da França e menos ainda do Japão e, até mesmo, da Itália. O caso italiano é, aliás, muito mais notável que o da França (a qual, no período entre as duas grandes guerras, era considerada como uma das primeiras potências mundiais) ou o do Japão, que — afinal, desde os anos 30 — se tinha colocado contra os Estados Unidos e ao lado da Alemanha na “guerra de sucessão da Inglaterra” e que, de fato — sozinho contra todos —, esteve bem próximo de levar a melhor na zona asiática do Pacífico. É verdade que a Itália se “beneficiou” de uma forma de industrialização nacionalista durante os 20 anos de fascismo mussoliniano, mas nada impedia, *a priori*, o getulismo brasileiro e o peronismo argentino de seguirem o mesmo caminho. O que haveria de “fracassar” com o desenvolvimentismo latino-americano foi mais ou menos bem-sucedido na Itália (exceto no sul, precisamente em função das estruturas sociais internas).

Não entraremos no debate latino-americano a respeito do peso relativo das causas internas e externas, se bem que a análise aqui apresentada privilegie manifestamente as primeiras. Na realidade, o modelo e as normas fordistas “pegaram” na França e na Itália após 1945, com o auxílio dos Estados Unidos, mas não na Amé-

rica Latina, apesar da ajuda norte-americana. A intervenção militar ou oculta dos Estados Unidos não se fez contra o sucesso ameaçador da industrialização na periferia (“para manter a dependência”), mas, sim, contra as tentativas desta última de se colocar **politicamente** afastada, senão em oposição, ao modelo.

Na verdade, o interesse e, em geral, a política dos Estados Unidos (sobretudo a partir da “Aliança para o Progresso” de Kennedy) agiram no sentido de buscar impor o modelo de industrialização fordista aos países do Sul, mas **sem** adotar medidas político-sociais que rompessem muito brutalmente com os interesses próprios das firmas americanas ligadas às camadas sociais arcaicas do setor exportador. Ora, nesse sentido, tratava-se de uma contradição. As reformas provocadas pela substituição de importações — e, depois, as dificuldades desta última — levavam os poderes locais a adotarem medidas “excessivamente” radicais, afastando-se perigosamente do modelo americano. Era então que intervinha o “gendarme”, sobretudo quando o risco de uma aliança soviética se mostrava por detrás da radicalização da vontade de independência. Em determinados casos, no entanto, os Estados Unidos intervieram de imediato para impor a manutenção pura e simples da “pilhagem” de matérias-primas: intervenção em São Domingos, queda de Mossadegh no Irã, etc. Todavia a atitude ulterior desse país com relação ao Xá Reza demonstrou que, na realidade, não havia hostilidade *a priori* com relação a um fluxo de capitais para os países subdesenvolvidos, que provocasse simultaneamente a industrialização e a transformação das classes dominantes locais. . . , desde que isso se fizesse em concordância e em correspondência com o modelo americano.

Na realidade, a regulação monopolista da demanda popular no centro e a condução keynesiana da economia tinham eliminado a questão dos mercados, agora encontrados no próprio centro. Em 1965, as exportações de manufaturados do Norte para o Sul tinham se reduzido a quase nada. Contudo é por essa época que o Sul recomeça a adquirir importância . . . ainda que no outro sentido!

2.2 – Uma ampliação limitada do fordismo central

O processo histórico de difusão-integração internacional das relações capitalistas, perceptível através de um novo aumento da participação das exportações e das importações na produção interna, foi relançado nos anos 60 por uma combinação de duas séries de fatores.

A primeira série de fatores depende da **lógica própria ao fordismo** e de sua crise então latente: a busca de ganhos de produtividade, através de uma ampliação da escala de produção, e a procura de zonas de salários mais baixos.

A primeira tendência visa a uma autêntica consolidação do fordismo com seus próprios recursos. Na medida em que, dentro do fordismo, o crescimento da produtividade está associado ao crescimento dos mercados, via aumento das séries e de economias de escala, o desenvolvimento das trocas internacionais **no interior do centro** possibilita novos ganhos de produtividade, pela centralização do capital, atra-

vés de uma maior interdependência entre as economias desenvolvidas. Esse “extravasamento” dos sistemas produtivos para além das fronteiras nacionais desenvolve-se por grandes blocos continentais e chega mesmo a atingir uma “primeira periferia”: os países pouco industrializados das zonas mediterrânea e oriental da Europa. O mesmo fenômeno é encontrado no sul dos Estados Unidos e ao redor do Japão: voltaremos em breve a esse assunto. Observemos, porém, que essa internacionalização no interior do centro terá o gravíssimo resultado de tornar posteriormente mais frágil a regulação do crescimento, com os esforços de cada país para aumentar sua competitividade, em detrimento de seu poder de compra interno, tendo como consequência frear globalmente o crescimento dos mercados mundiais.

Mais interessante, para nossos propósitos, é a “abertura” para a “primeira periferia”, que corresponde ao segundo objetivo: a busca de salários mais baixos. Na realidade, ela visa também ao primeiro objetivo: ampliar o mercado, instalando-se nos países protegidos por barreiras alfandegárias. Sob certos aspectos, trata-se apenas do desenvolvimento de um mecanismo inerente ao fordismo: o desenvolvimento de “circuitos de ramos” em “bacias” de mão-de-obra desigualmente qualificada, sindicalizada . . . e remunerada.

Com efeito, do ponto de vista do processo de trabalho, o fordismo caracteriza-se — como já tivemos ocasião de ver — por uma disjunção, uma **tripartição** das atividades em três níveis:

- I — a concepção, a organização dos métodos e a engenharia tornadas autônomas;
- II — a produção qualificada, requerendo uma mão-de-obra adequada;
- III — a execução e a montagem desqualificadas, não exigindo, em princípio, qualquer qualificação.

A possibilidade de separar geograficamente esses três níveis deveria levar inevitavelmente ao aproveitamento da oportunidade de articular o circuito produtivo dos ramos fordistas com três tipos de “bacias” de mão-de-obra, diferenciadas, principalmente, pela qualificação e condições de exploração da mão-de-obra, mas também pela intensidade do tecido produtivo, pela proximidade aos grandes mercados, etc.

Essa redistribuição dos três níveis de atividade sobre um tabuleiro de regiões desigualmente desenvolvidas foi inicialmente experimentada no centro, em especial na França (Lipietz, 1977). Chegou-se assim a:

- uma região de tipo I (a região parisiense);
- antigas regiões industriais orientando-se para o tipo II (Norte, região de Lyon);
- uma mão-de-obra rural, liberada pela mecanização, empregando-se diretamente no local, em atividades de tipo III (Grande Oeste francês).

Observam-se fenômenos semelhantes, *mutatis mutandis*, nas Ilhas Britânicas, na Itália e no sul dos Estados Unidos. Contudo, ao final dos anos 60, a “deslocalização” estendeu-se também aos países da periferia externa imediata, onde os salários horários eram consideravelmente menores, e a classe operária, menos organizada: Portugal, Espanha, de uma certa forma a Europa do Leste (Polônia, România), México e as zonas francas do leste asiático.

Assim, à “antiga” divisão horizontal do trabalho, entre setores (primário, agrícola e de mineração-indústria de transformação), superpunha-se uma **segunda, vertical**, entre níveis de qualificação no próprio interior dos ramos industriais. E essa redistribuição das tarefas industriais, inclusive em sua dimensão espacial, constituía uma forma de ampliação-reorganização do próprio regime de acumulação e não a forma da relação entre este último e seu “exterior”.

A razão dessa ampliação era, portanto, dupla. Tratava-se, por um lado, de aumentar a escala de produção do fordismo central e, em consequência, o mercado no qual este se desenvolvia: ora, barreiras alfandegárias objetivando forçar a substituição de importações tornavam freqüentemente inevitável a implantação de estabelecimentos de montagem final em determinados países. Mas, sobretudo, o fordismo não padecia tanto da ausência de mercados como – muito mais – das tensões cada vez mais fortes sobre sua taxa de lucro; e os países ou as regiões com fortes taxas de exploração permitiam-lhe produzir ali a baixos custos, inclusive para os mercados do centro.

É claro que era ainda necessário que esses países (e mesmo, aliás, essas regiões) satisfizessem uma condição interna, formando a segunda série de fatores: a existência de regimes políticos, cujas classes dirigentes dispunham de uma mão-de-obra “livre” e que optavam por apostar nesse jogo.

As duas condições não são encontradas em qualquer lugar da periferia. A questão da existência de um proletariado pouco organizado, mas disponível para o trabalho taylorizado (ou, com ainda mais razão, fordiano), não se reduz à existência de uma mão-de-obra recentemente excluída da agricultura. A “construção” de uma classe operária é um processo difícil de mobilização e de estabilização de uma disciplina industrial. Quanto à liberdade dos regimes políticos locais de “escolher” essa estratégia, trata-se de uma condição mais limitadora do que poderia parecer. De fato, ela implica uma tripla autonomia (Salama & Tissier, 1982).

Autonomia com relação às formas tradicionais de dominação externa. Essa autonomia sempre existe potencialmente para um Estado nacional, não sendo as classes dirigentes dos países dominados jamais redutíveis a “fantoques” do imperialismo. É certo que estas últimas podem ter escolhido sê-lo de forma mais ou menos pronunciada, o que materializa uma certa forma de aliança das classes internacional e local, reenviando-nos à segunda condição.

Autonomia do regime político relativamente às classes dominantes ligadas a outros regimes de acumulação anteriormente desenvolvidos, sejam setores ligados à economia primário-exportadora ou ao crescimento do mercado interno. O desenvolvimento de uma indústria manufatureira voltada para a exportação pode, com efeito, opor-se aos interesses dos latifundiários, bem como aos dos industriais que apostaram na substituição de importações. Tais contradições não são insolúveis, ainda que seja preciso ter condições de impor um novo equilíbrio entre o crescimento quantitativo do salariado industrial, o crescimento do nível de salários, a necessária competitividade, a alocação prioritária dos recursos para formação de capital, etc.

Enfim, autonomia com relação às massas populares, a qual pode ser bastante limitada, por exemplo, em função de uma experiência antiga de populismo, com

sindicatos fortes e devotados à defesa de determinados interesses operários, mesmo se ligados ao aparelho de Estado (caso do Brasil de Goulart e da Argentina de Perón) ou, mesmo, em razão das marcas ainda persistentes da mobilização popular no decorrer da luta de libertação nacional.

Em resumo, na situação mais freqüente, será necessária uma ditadura, quebrando os velhos equilíbrios e criando — a partir do Estado — os quadros para ocupar o lugar das futuras classes dominantes do novo regime de acumulação. Não é, portanto, suficiente dispor de um amplo mercado e de uma força de trabalho liberada de suas antigas ligações camponesas. Inversamente, um regime forte e resolutivo poderá lançar-se em uma estratégia de “pirataria do fordismo central”, mesmo não dispondo de um grande mercado interno, mas desde que contando com uma mão-de-obra mobilizável a baixos salários.

Esclareçamos de imediato: sob esse termo de “pirataria” (ou de “engancharse” ao fordismo central) escondem-se diversas estratégias possíveis de industrialização, que se vão combinar de modo específico com outras estratégias, em um regime de acumulação original em cada NPI, inclusive com uma versão renovada da substituição de importações e a promoção, por integração para frente ou para trás, do velho setor primário-exportador. Mas o que nos parece característico dos hoje famosos NPI é a presença, no interior desses regimes, da estratégia que se denominou de “substituição de exportações”: essa decisão de romper com o modelo primário-exportador, pelo desenvolvimento da exportação de bens manufaturados, nas atividades do Departamento III (atividades de mão-de-obra “banalizada”) da tripartição fordista. No entanto essa estratégia pode-se articular com o restante do regime de acumulação local, com o fordismo central e com os regimes de acumulação do resto da periferia segundo várias lógicas diferentes, sendo que duas delas parecem-nos especialmente significativas: a “taylorização primitiva” e o “fordismo periférico”.

2.3 — A “taylorização” primitiva

Trata-se de uma “deslocalização” de segmentos precisos e limitados de “circuitos de ramos” nos Estados com muito altas taxas de exploração (salário, duração e intensidade do trabalho), sendo os produtos reexportados principalmente para o centro. Desde os anos 60 e até o início dos 70, as zonas francas da Coreia e de Formosa e os “Estados-feitoria” da Ásia (Singapura e Hong-Kong) representaram a melhor ilustração dessa estratégia, que se generaliza na atualidade. Essa “deslocalização” refere-se, essencialmente, ao têxtil e à eletrônica. São duas as características dessa lógica que justificam o nome que lhe propomos.

Trata-se muito mais de “taylorismo” que de “fordismo”. Os postos de trabalho “parcelados” e repetitivos, não ligados por um sistema automático de máquinas, é que são “deslocalizados”. O equipamento é leve e individual (máquinas de costura no vestuário e lupas de pala e pinças na eletrônica). Em resumo, são indústrias de mão-de-obra, no sentido mais próprio do termo.

É claro que é sempre necessário encontrar a mão-de-obra taylorizável. Ora, ela existe. Pois a classe operária não é a única depositária inicial do *savoir-faire*, em função de sua relação com a produção material. Desde a aurora do patriarcado (a coisa mais compartilhada no mundo), as mulheres, exploradas e adaptadas à produção doméstica, estão submetidas à dupla exigência das indústrias taylorizadas: ausência total de iniciativa quanto aos fins do trabalho e exigência total de atenção na realização desse trabalho, e isso em atividades muito próximas — no que se refere aos gestos concretos (tais como a fabricação de cestos ou a tecelagem) — àquelas de dois ramos vedetes da “deslocalização”: o têxtil e a montagem eletrônica.

Assim como a **acumulação primitiva na Europa**, essa lógica visa, de fato, extorquir um máximo de mais-valia de uma mão-de-obra que sequer procura se reproduzir regularmente. Os mercados para a produção são buscados em uma demanda preexistente em outro lugar: antigamente, as rendas da *gentry*⁵; hoje, as rendas do fordismo central. A mais-valia é acumulada, ao menos de forma parcial, no próprio país, sendo esta, com frequência, a primeira grande força autônoma de acumulação. Mas isso implica, conforme já indicamos, uma exploração “sangüinária”. “Sangüinária” no sentido em que Marx fala da “legislação sangüinária”, que possibilitou o início da acumulação primitiva na Inglaterra do começo dos Tempos Modernos. Assim, com frequência, seria possível falar, de forma igualmente precisa, de “**taylorização sangüinária**”.

Os resultados estão à altura dos meios empregados: uma elevação sensível da taxa de mais-valia, contrastando com a sua estabilidade no regime “fordista” central. Essa elevação deve-se ao descompasso entre a estagnação do poder de compra real e a alta da produtividade aparente. Trata-se de uma elevação da produção *per capita*, que, aliás, não é simplesmente obtida a nível horário, mas, sobretudo, a nível anual, pelo prolongamento da jornada de trabalho, a produção da mais-valia absoluta.

Um tal modelo de acumulação (mais exatamente, uma tal lógica dominante em um regime de acumulação), não obstante sua extrema rentabilidade, permanece acantonado em estreitos limites: riscos de protecionismo por parte dos países do centro, que vêm partir seus empregos do “tipo-III”, e dificuldades em fazer recair sobre toda população normas de consumo dignas do século XIX. Os Estados da Ásia (Formosa e Coréia), cujas classes dominantes têm a responsabilidade de instaurar um regime de acumulação e um bloco hegemônico (no sentido gramsciano do termo) não muito incoerentes, devem necessariamente procurar alcançar o Brasil em uma lógica bastante diferente, que vamos chamar de “fordismo periférico”.

⁵ *Gentry* refere-se à nobreza inglesa sem títulos (N. do T.).

2.4 – O “fordismo periférico”

Seja como uma herança da primeira política de substituição de importações, ou pela existência pretérita de um capitalismo mercantil periférico, ou, ainda, graças à promoção – por vezes “milagrosa” – das exportações de matérias-primas (caso do petróleo) ou, mesmo, como consequência de uma fase de exportação de manufaturados baseada na “taylorização primitiva”, surgiu, em certos países, nos anos 70, a conjunção de um capital local autônomo, de classes médias urbanas relativamente abundantes e de embriões significativos de uma classe operária com experiência. Tal conjunção abriu a oportunidade, para determinados estados, de desenvolver uma nova lógica, que chamaremos de “fordismo periférico”. É preciso, ainda uma vez, insistir no caráter político de tal escolha, associado a lutas de classes internas e conferindo ao Estado uma real autonomia com relação às classes dominantes clássicas, situação ilustrada – cada um a seu modo – pela Coreia dos anos 70, pelo México, pelo Brasil, bem como também pela Espanha do *Opus Dei*, pela Polônia de Gierek. . .

Por que “fordismo periférico”?

Trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis.

Contudo ele continua sendo periférico, antes de mais nada no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro. Assim, o crescimento da demanda social (que é uma demanda social **mundial**), especialmente pelos bens duráveis das famílias, é certamente antecipado, ainda que não seja institucionalmente regulado em uma base nacional, em função dos ganhos de produtividade dos ramos fordistas **locais**.

Em suma, trata-se de uma combinação, em proporções variáveis, da política de substituição de importações e da política de substituição de exportações, apoiando-se, eventualmente, no tocante ao financiamento, nas receitas da “velha” divisão do trabalho, na promoção das exportações de matérias-primas, no turismo, nos rendimentos repatriados pelos trabalhadores emigrantes, etc. Ao mesmo tempo, essa industrialização é acompanhada por um aumento das importações provenientes do centro, ainda que, desta vez, se trate principalmente de bens de capital profissionais, produzidos nos Departamentos I e II da nova divisão do trabalho, e que deve ser compensado, a prazo, pela exportação de produtos do Departamento III para o centro.

Portanto, o “fordismo periférico”, como lógica de acumulação – isto é, como componente de regimes de acumulação concretos –, pode ser analisado sob dois ângulos:

- como elemento do regime de acumulação interno a cada NPI;
- como elemento do regime de acumulação associando o centro e os NPI, do ponto de vista do processo de produção total e dos mercados globais.

É necessário insistir na extrema variabilidade dos regimes de acumulação que propomos aqui reagrupar sob o termo de “fordismo periférico”. Assim, a participação das exportações (de manufaturados) na demanda interna varia de 4,1% no caso do México a 25,4% no da Coréia (em 1978): a dosagem do “crescimento da demanda final interna/substituição de importações/reexportações industriais” não é, evidentemente, a mesma em cada regime de acumulação concreto, o que, por sua vez, reflete as grandes diferenças no modo de regulação e, sobretudo, na relação salarial, nas formas de hegemonia das classes dominantes, etc. De forma significativa, o México é relativamente “democrata” (ao menos, no setor urbano); e a Coréia, ditatorial.

No entanto é conveniente apenas falar em “fordismo periférico” quando o crescimento do mercado interno (para os produtos manufaturados) desempenha um efetivo papel no regime de acumulação mundial. Por essa razão, é preciso acentuar que a Coréia — que alguns se obstinam em qualificar de “país-oficina”, dependendo principalmente da taylorização primitiva em segmentos “deslocalizados” de indústrias intensivas em mão-de-obra — ultrapassou há muito esse esquema, efetivamente uma característica de seu crescimento nos anos 1962-72. Contudo, a partir de 1973, o crescimento industrial voltou a centrar-se no mercado doméstico: a participação das exportações decaiu (de 28 para 23%), para estabilizar-se a seguir, sendo que uma ativa política de complementação dos ramos por substituição de importações fez diminuir a participação dos mesmos de 27 para 20% do mercado doméstico. O salário real, que vinha crescendo mais lentamente do que a produtividade, disparou a partir de 1976, o que acabará, finalmente, por comprometer a produtividade coreana (com relação à Formosa. . .).

3—Importância e limites da mundialização do fordismo

Atenção! Atenção! Uma vez solto, o conceito de “fordismo periférico” corre o risco de assumir sua independência, voltando para abater-se sobre nossas pobres cabeças, imprimindo sua marca em tudo que passar a seu alcance. Assim sendo, digamos de imediato:

- o fordismo, como regime de acumulação, não está em vias de tomar conta de toda periferia;
- o fordismo, como forma de industrialização, não resume toda a industrialização na periferia, inclusive nos NPI;
- aliás, ocorrem igualmente coisas de muita importância na agricultura;
- em contrapartida, existe taylorização primitiva, e mesmo “fordismo periférico”, fora dos NPI.

De qualquer forma, é preciso avaliar, mesmo de forma grosseira, o fenômeno da industrialização na periferia. Veremos a seguir algumas objeções capazes de ate-

nuar o entusiasmo que poderia suscitar, contra a nossa vontade, a introdução de conceitos com nomes tão sugestivos, para, posteriormente, retomar a tese de forma séria e dar-lhe toda sua amplitude: a implantação de uma nova divisão internacional do trabalho.

3.1 – Um fenômeno maciço, desigual e precoce

Para avaliar a importância do fenômeno, o mais simples é referir-se às estatísticas do Banco Mundial (que abrangem a quase-totalidade do Mundo). Essa instituição, com uma placidez metodológica comovente, classifica os países segundo o Produto Nacional Bruto *per capita* em ordem crescente, para, em seguida, reagrupar as categorias por “pacotes” de 20 a 30 países, colocando as barras sucessivas a uma altura arbitrária. Somente são diferenciados os “exportadores de petróleo com rendas elevadas” (Líbia, Arábia, Kuwait, Emirados) e os “países da Europa do Leste de economia planificada”. Tinha-se, assim, em 1981:

- os países de baixa renda, do Camboja (menos de 80£ anuais *per capita* em 1981) a Gana (400£), ou seja, dois bilhões e 200 milhões de habitantes;
- os países de renda intermediária, camada inferior, do Quênia (880£) ao Paraguai (1.630£), ou seja, um bilhão e 130 milhões de habitantes;
- os países de renda intermediária, camada superior, da Coreia (1.700£) a Trinidad e Tobago (5.760£), ou seja, 464 milhões de habitantes;
- e, enfim, os países industriais de economia de mercado, da Irlanda (523£, vejamos só, menos que Trinidad ou Singapura) à Suíça (17.430£), ou seja, 719 milhões de habitantes.

Observações preliminares: não apenas os indicadores relativos a essas “categorias” não têm maior sentido, como o têm ainda menos aquelas referentes a determinados países, em razão da heterogeneidade destes últimos e das categorias.

Assim, a China e a Índia representam mais da metade da primeira categoria. A Índia dispõe de uma renda *per capita* que a coloca no grupo dos que quase nada têm, juntamente com o Alto Volta, Ruanda, Somália e Tanzânia.⁶ Ora, trata-se de um velho país industrializado, com um setor fordista, mas afogado em um oceano de campesinato miserável. O Banco Mundial fornece-nos as estatísticas correspondentes à categoria “países de baixa renda, exceto Índia e China”, que vamos utili-

⁶ No caso, 240 dólares por mês, ou cerca de cinco francos (em 1981) por dia, em média. Para dois terços da população, isso significa, naturalmente, uma miséria inimaginável – mesmo para um “novo pobre” europeu – e também que a sobrevivência se organiza principalmente fora das relações monetárias. Ver nota 7.

zar, se bem que estejam igualmente incluídos Bangladesh e o Paquistão, formidáveis NPI do tipo “taylorização primitiva”, também afogados em seu campesinato.

A camada inferior (onde se encontram o Senegal, Marrocos, Bolívia, Filipinas e Indonésia) agrupa países caracterizados tanto pela tradicional promoção às exportações, quanto pela substituição de importações, como pela taylorização sangüinária. . .

A camada superior engloba todos nossos NPI, exceto a Espanha que acedeu à classe dos países industriais. Todavia ela engloba também a maior parte dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e, sobretudo, os *Newly Desindustrializing Countries*, países em vias de “desindustrialização” durante os anos 70, como a Argentina e o Chile.

Enfim, a Irlanda obedece perfeitamente à lógica do “fordismo periférico”, ainda que não mereça muito o título de país industrial.

Essa classificação, no entanto, oferece-nos pontos de referência. Na Tabela 1, pode-se considerar a camada dos “países industriais” como representativa do centro, os “intermediários superiores” como representativos dos NPI clássicos, os “intermediários inferiores” como representativos de uma “segunda onda de NPI em formação” e a camada “baixas rendas, exceto China e Índia” como aquela dos excluídos do regime de acumulação mundial. Inversamente, distinguiremos três NPI típicos: México, Brasil e Coréia do Sul.

Tendo presentes todas essas reservas, vejamos o que ocorreu, por um lado, nos anos 1960-70 e, por outro, nos anos 1970-81, considerados como representativos da pré-criese e da primeira fase da criese.

Primeira constatação: o Produto Interno Bruto aumenta continuamente para todas as categorias, inclusive as mais pobres. Nem sempre é o caso, se considerarmos país a país, sobretudo após 1981. Nem sempre isso tem muito sentido: o simples êxodo rural e a dissolução de economias “naturais” aumentam de forma puramente contábil o PIB⁷. Por outro lado, isso não implica, certamente, uma melhoria do ní-

⁷ O crescimento do Produto Interno Bruto não é apenas o efeito do crescimento do produto real. Ele inclui também:

- enquanto produto mercantil, a modificação da relação “economia mercantil e, mesmo, economia capitalista/economia natural”. Se um vilarejo africano, vivendo em comunidade, é desintegrado pela colonização e seus habitantes são reduzidos à mendicância das favelas, exceto por alguns reduzidos ao salariado, o PIB aumenta brutalmente, inclusive com técnica produtiva inalterada! O acesso ao salário é, sem dúvida, o motor principal de crescimento do PIB *per capita* no conjunto do Terceiro Mundo;
- enquanto produto bruto, a modificação da relação “produto líquido/amortização do capital fixo”. Se, com igual produtividade do trabalho, se fazem trabalhar – em máquinas caras, mas mal utilizadas – camponeses ou artesãos que trabalhavam anteriormente com suas mãos ou com o auxílio de instrumentos rudimentares, o PIB também aumenta! A mecanização do Terceiro Mundo – que tem sua contrapartida na necessidade de comprar bens de capital, cujo volume aumenta mais que proporcionalmente ao do produto líquido – constitui, sem dúvida, a segunda causa do crescimento do PIB nessa região.

vel de vida, mesmo na média: o crescimento da população pode mais do que anular aquele do PIB, e todas as formas de reprodução dos meios de existência não são, ainda uma vez, contabilizadas pelo PIB.

Mas, sobretudo, ao passo que a crise representa um “corte” para os países do centro, os “intermediários superiores” — que já cresciam mais rápido que o centro nos anos 60 — mal diminuem seu ritmo, e os “intermediários inferiores” — que cresciam menos rápido que o centro — alcançam o ritmo da camada superior. Ainda mais significativo mostra-se o crescimento do setor industrial⁸: sempre maior nos países de renda intermediária do que no centro, ele mal chega a diminuir nos anos 70, se bem que, dessa vez, a camada superior se distancie. Em compensação, as taxas de crescimento dos países de baixa renda, menores que aquelas do centro, diminuem juntamente com estas últimas. Finalmente, a evolução das taxas de crescimento do investimento é ainda mais espetacular: a dinâmica da acumulação é rompida no centro pela crise, acelera-se nos países intermediários e declina (ainda que menos do que no centro) nos países de baixa renda. Assim, o crescimento e a acumulação — inclusive a industrial — mostram-se uma realidade para toda a categoria intermediária, do Quênia a Trinidad, desde o início dos anos 60 (na era do fordismo triunfante), e esse crescimento não é rompido pela crise do fordismo central, pelo menos até 1981. Ao contrário, não apenas a enorme massa dos países de baixa renda estagna com relação ao centro em expansão, como ela parece ter sofrido o contragolpe da crise.

A esse impulso de crescimento industrial nos países intermediários escapam apenas, nos anos 70, Senegal, Zâmbia, El Salvador, Nicarágua, Congo, Peru, Jamaica, Panamá, Argentina, Chile e Trinidad, todos com um desempenho inferior ao da média do centro. Ao contrário, apresentam desempenho no mínimo três vezes superior ao do centro (do ponto de vista do crescimento industrial) entre 1970 e 1981: Bangladesh (quinto país mais pobre do Mundo), Quênia, Iêmen do Norte, Indonésia, Lessoto, Tailândia, Nigéria, Equador, Tunísia, Coreia do Sul, Malásia, Argélia, Hong Kong e Singapura; o Brasil e o México aproximam-se dessa *performance*. Nos anos 60, não se encontrava ali nenhum país, ainda que se colocasse a barra nos 11% (duas vezes mais rápido que a média do centro), seria então preciso acrescentar a essa lista Irã, Nicarágua e Costa do Marfim (há desclassificações expressivas) e, inversamente, retirar Indonésia, Nigéria, Tunísia e, provavelmente, todos aqueles que não são ainda NPI “oficiais”, exceto a Tailândia.

Isso já possibilita avaliar a difusão bastante extensa desse fenômeno de industrialização “novo gênero”, sua precocidade em determinados países e seu aborto, que também pode ser precoce.

⁸ Isto é, a indústria menos as minas (portanto, exceto o petróleo), a construção civil, a energia e outros serviços públicos. Assim, trata-se do que, mais claramente, obedece à produção capitalista de mercadorias no mercado mundial, sendo seu crescimento medido aqui em volume. Esse índice não é afetado, portanto, pelos vieses denunciados na nota 7.

Tabela 1

DISCRIMINAÇÃO	PAÍSES INDUSTRIAIS	INTERMEDIÁRIOS SUPERIORES	INTERMEDIÁRIOS INFERIORES	BAIXA RENDA (1)	CORÉIA (2)	BRASIL	MÉXICO
PNB/habitante (£ de 1981)	11 120	2 490	850	240	1 910	2 220	2 250
Crescimento PNB/habitante (%)							
1960-81	3,4	4,2	3,4	(3)0,8	6,9	5,1	3,5
Crescimento PIB (%)							
1960-70	5,1	6,4	5,0	4,7	8,6	5,4	7,6
1970-81	3,0	5,6	5,6	3,6	9,1	7,6	6,4
Crescimento do setor industrial (%)							
1960-70	5,9	7,8	7,1	5,9	17,6	...	10,1
1970-81	3,1	6,3	5,8	2,8	14,5	7,8	7,1
Crescimento do investimento bruto (%)							
1960-70	5,8	7,5	7,9	4,3	23,6	6,1	9,9
1970-81	0,9	7,2	8,2	3,7	11,0	6,5	9,0
Participação da agricultura no PIB (%)							
1960	6	18	36	48	37	16	16
1981	3	10	22	45	16	13	8
Participação da indústria no PIB (%)							
1960	30	23	15	9	14	26	19
1981	25	24	17	10	28	27	22
Exportação/PIB (%)							
1960	12	18	15	15	3	5	10
1981	20	23	23	12	39	9	(2)13-17
Estrutura das exportações (%)							
1960							
Setor Primário	34	84	96	91	86	97	88
Indústria têxtil	7	4	1	4	8	0	4
Indústria de máquinas e de material de transporte	29	2	0	0	0	0	1
Outros manufaturados	30	10	3	5	6	3	7
1981							
Setor Primário	28	55	82	71	10	61	61
Indústria têxtil	5	10	5	21	30	4	3
Indústria de máquinas e de material de transporte	35	13	2	2	22	17	19
Outros manufaturados	32	22	11	6	38	18	47

FONTE: BANQUE MONDIALE (1983). Rapport sur le développement dans le monde.

— (1984). Rapport sur le développement dans le monde.

NOTA: Todas as taxas de crescimento são médias anuais.

(1) Exceto China e Índia. (2) Dados de 1982 em vez de 1981. (3) China, 5%; Índia, 1,4%.

Segunda constatação: se é certo que, desde a origem (em 1960), a participação da agricultura e da indústria no PIB determina o lugar de uma categoria na escala das riquezas e que a participação da agricultura decresce de forma generalizada, também o é o fato de a participação da indústria não variar muito (decresce no centro, em benefício do Terciário moderno). Em compensação, o verdadeiro rompimento — separando para um lado os “intermediários inferiores” com os de “baixa renda” e, para outro, os “intermediários superiores” com os “países industriais” —

ocorre no referente à participação relativa dos bens primários e manufaturados nas exportações. Enquanto, para as duas categorias mais pobres, ela mal chega a regredir, decai de 84 para 55% entre os “intermediários superiores”. Uma única categoria de exportação de manufaturados aumenta significativamente no caso dos mais pobres: têxtil e vestuário (por causa do Paquistão e de Bangladesh: 37 e 49% das exportações). Contudo, no domínio dos bens tipicamente fordistas (máquinas e material de transporte), a camada superior distancia-se. Em compensação, do ponto de vista da participação das exportações no PIB, ela é alcançada pela camada inferior, enquanto essa relação diminui nos países de baixa renda.

Assim, a grande mutação incide, precisamente, sobre a divisão internacional do trabalho, com a ampliação das exportações de bens manufaturados em numerosos países, contentando-se os mais pobres (sem dúvida, dentro de uma lógica de “taylorização primitiva”) com o têxtil, e os mais ricos — mesmo se relativamente pouco exportadores (como o Brasil) — tendo acesso à consagração: a exportação de automóveis.

O que nos leva à **última constatação**: sem nem mesmo estudar seus regimes de acumulação internos, pressente-se que existem enormes diferenças entre os próprios NPI. México e Brasil permanecem **mais** primário-exportadores (de petróleo, de soja, de café. . .) que a média da camada superior, enquanto a Coréia o é **menos** que um país industrializado. Provavelmente, ela compensa isso com uma maior dose de taylorização primitiva (desde que se considere a participação das exportações de têxtil e vestuário como indicador) que o Paquistão. . . Em compensação, nossos dois primeiros países parecem notavelmente “autocentrados” (todavia o México realiza, desde 1982, um esforço muito grande de exportação para reembolsar suas dívidas). É verdade que o efeito-tamanho funciona plenamente em uma “federação-continente” como o Brasil (na qual, apenas a Região Sudeste deve apresentar mais ou menos a mesma relação exportadora *vis-à-vis* ao resto do mundo que a Coréia), ao passo que, inversamente, a relação exportações/PIB ultrapassa 65% na Bélgica e 200% em uma economia “de plataforma de exportação” como Singapura.

Mas esse efeito-tamanho não passa de uma armadilha estatística: a unidade de um imenso mercado oferece ao Brasil margem de manobra para desenvolver um regime verdadeiramente “autocentrado”. De fato, a ditadura utilizará essa oportunidade “no mau sentido”: quando se é 120 milhões, basta que 20% da população se aproprie de dois terços da riqueza para que se constitua um mercado, para os bens de consumo duráveis e mesmo de luxo, equivalente ao de um país médio da Europa do norte! A Coréia, ao contrário, apresenta uma distribuição de renda muito mais igualitária. Como ela é, em média, mais pobre, consome uma menor proporção dos bens duráveis que produz. Essas diferenças vão desempenhar seu papel na desigual capacidade de ajustamento aos choques dos anos 80.

3.2 — Uma difusão da acumulação para além das indústrias fordianas

A qualificação de “taylorianas” e “fordianas”, “colada” sem exame prévio às indústrias dos países em vias de desenvolvimento capitalista, vai, certamente, irritar economistas e sociólogos do trabalho. Eles terão razão. Sem riscos é possível dizer que as indústrias exportadoras de vestuário são taylorizadas e que aquelas exportadoras de máquinas e veículos são fordianas. Seria, no entanto, exagerado assimilar todas as indústrias nascentes àquelas que correspondem à estratégia de substituição de exportações, reduzir todas as exportações que se expandem às da indústria de manufaturados e supor que todas as indústrias do Terceiro Mundo possuem um caráter tayloriano ou fordiano do ponto de vista da organização do trabalho.

Antes de mais nada, a estratégia de substituição de exportações não é a única a contribuir para o desenvolvimento capitalista desses países. As próprias exportações tradicionais passaram por modificações significativas, sendo, com frequência, objeto de uma autêntica promoção. O caso mais célebre é o do petróleo. Menos conhecida é a ampliação (limitada, é verdade) do modelo agroindustrial desenvolvido na América do Norte para alguns países do Terceiro Mundo: soja brasileira, mandioca tailandesa... Pode-se, nesse caso, falar de uma verdadeira industrialização da agricultura, sob uma forma plenamente capitalista, com um salariado “livre” de ligações minifundiárias e ainda mais superexplorado do que na taylorização primitiva.

Igualmente importante mostra-se a continuação da substituição de importações. Componente plena da lógica do “fordismo periférico”, ela prossegue também nas indústrias de base de uso estritamente local, fordistas ou não: principalmente de energia, fábricas de cimento e de outros materiais necessários à indústria da construção civil (que acompanha toda urbanização).

Nem a agroindústria nem as indústrias de base (que, com frequência, são “indústrias de processo”, isto é, de processos físico-químicos automatizados) dependem do taylorismo ou do fordismo enquanto princípio de organização do trabalho. Não obstante tendem a surgir formas de divisão do trabalho **assemelhando-se** à tripartição do trabalho fordista e, mesmo, lógicas de acumulação **parecidas** com aquela do “fordismo periférico”. Envolvidos, de início, com seus problemas de manutenção e, simplesmente, de funcionamento, de falta de peças de reposição, de uma mão-de-obra com insuficiente experiência e, posteriormente, com problemas de comercialização, as indústrias de base do Terceiro Mundo evoluirão da encomenda de fábricas “chaves em mãos” para “produtos em mãos” (com equipes de manutenção e de formação profissional incluídas no contrato de compra) e para “mercados em mãos” (com cláusula de revenda de produtos). Mas, então, volta-se a deparar com uma lógica muito próxima à do fordismo periférico: a compra, no centro, de bens de capital e serviços de engenharia, a produção local — com uma mão-de-obra menos eficiente (ao menos durante cerca de 10 anos), ainda que bastante menos bem remunerada do que no centro —, a reexportação e, finalmente — em se desenvolvendo o restante da economia nacional —, a utilização local. A diferença é que o *know-how* é acentuadamente externo, e os postos de trabalho criados pelo investimento são bem menos numerosos do que nas indústrias taylorianas ou fordianas.

Reencontram-se as mesmas similitudes quando da implantação de agroindústrias modernas, como a soja: os grãos selecionados, os fertilizantes e as máquinas são importadas do centro, juntamente com os técnicos, servindo o produto do trabalho de um campesinato superexplorado para alimentar, sob forma de torta, o gado dos camponeses da Europa, acelerando ali a concentração dos estabelecimentos de criação de gado e o desemprego rural.

Assim, tal como o fordismo – enquanto tipo de processo de trabalho (divisão entre concepção e execução parceladas e desqualificadas, mecanização incorporando o *savoir faire* social sistematizado) – se tornou a tecnologia social epônima do regime de acumulação intensiva baseado no consumo de massa – ainda que nem todas as atividades do centro sejam fordianas, uma vez que representam, simultaneamente, o modelo dominante e o setor impulsionador –, também a lógica do “fordismo periférico” impõe-se de um modo específico a outras indústrias (e, mesmo, a atividades agrícolas) da periferia, não apenas como lógica econômica, mas igualmente como nova forma da divisão internacional do trabalho.

3.3 – Duas divisões do trabalho superpostas

Antes de mais nada, é preciso lembrar que a antiga divisão internacional do trabalho continua existindo durante a “mundialização” do fordismo. Para o conjunto dos países de baixa renda (exceto China e Índia) e da camada inferior dos países de rendas intermediárias – ou seja, um bilhão e setecentos milhões de habitantes (e quase toda a África) –, a participação dos bens primários nas exportações permanece quase estável e largamente majoritária. Ela também o é para a camada intermediária superior e, é claro, de modo marcante para os “exportadores de petróleo de alta renda”.

Isto posto, verifica-se que as coisas evoluem de duas maneiras. Inicialmente, acabamos de vê-lo, isso ocorre com a industrialização muito rápida do conjunto dos países intermediários e o espetacular aumento da participação dos bens manufaturados nas exportações da camada superior. Mas ocorre também em função de uma reviravolta nas tendências do próprio comércio de bens primários, em especial na agricultura: na atualidade, é o Norte que alimenta o Terceiro Mundo! O modelo de agricultura industrializada, que partiu dos Estados Unidos para alcançar a Europa do Oeste após a Segunda Guerra Mundial, parece então repetir a “vitória” da indústria norte-americana no século precedente, por vantagem absoluta, com relação ao resto do Mundo. De 1970 a 1981, a participação das exportações “do Norte para o Sul” no comércio agroalimentar mundial cresceu 6,7%, e a participação do fluxo inverso decresceu 4,2%. Essa nova hegemonia do Norte (na verdade, antes de mais nada, dos Estados Unidos) choca-se, conforme acabamos de ver, com a crescente concorrência da agricultura capitalista de certos países do Sul: nessas circunstâncias, paradoxalmente, vai depender muito mais da “nova divisão internacional do trabalho”.

Denomina-se de “nova divisão internacional do trabalho” a divisão internacional intra-industrial (e, mesmo, intra-agrícola) que depende de uma tripartição de tipo fordiano: (I) engenharia e tecnologia avançadas; (II) atividades produtivas “banalizadas”, ainda que exigindo uma certa qualificação; (III) atividades de qualificação especializada facilmente adquirível.

Não se deve nem superestimar, nem subestimar essa “nova divisão internacional do trabalho”. Antes de mais nada, se é certo que a industrialização do Terceiro Mundo é bastante mais difusa e precoce do que se costuma crer (Singapura já era um NPI no início dos anos 70, a Argentina deixou de sê-lo e novos “intermediários” estão destinados, mais ou menos, a se tornarem outros tantos), a ascensão ao *rang* de potência industrial exportadora afeta apenas um número muito limitado de países: 60% das exportações de manufaturados do Sul são realizadas pelo “Grupo dos Quatro” do sudeste asiático, alcançando 70%, caso se acrescente o Brasil e a Índia. Inversamente, a participação do Sul no consumo de bens manufaturados do Norte permanece muito pequena, ao redor de 3 a 4%. Todavia ultrapassa 16% para alguns bens tipicamente taylorianos simples (confeções, calçados, componentes eletrônicos) e 8% para a ótica e eletrônica de consumo popular.

A emergência dos países do “fordismo periférico”, assim como a acumulação de ativos monetários em determinados países da OPEP, provocou uma verdadeira ruptura da antiga periferia. Essa “periferia” nunca foi homogênea, mas o elemento novo é o crescimento do fluxo de mercadorias, como na *antiga* divisão do trabalho, entre os NPI e os países que permaneceram principalmente exportadores de bens primários. Em todos os bens banais taylorianos ou fordistas, ou nos ramos banalizados dos bens intermediários (como a siderurgia), e mesmo na engenharia, os NPI tornaram-se extremamente competitivos, passando a concorrer com a indústria do centro em sua antiga periferia.

Assim, volta a afirmar-se, de ano a ano, a “velha divisão internacional do trabalho”, só que, dessa vez, no interior da ex-periferia. Por exemplo, nessas trocas comerciais com a zona “Sul”, a taxa de cobertura do Brasil passou de 153% em 1973 para 555% em 1980, com um saldo positivo de 3,2 bilhões de dólares (sendo de 4,5 bilhões de dólares o valor correspondente para a Coréia). O caráter regional desse comércio (em especial, na América Latina) ilustra bem a uniformização dos mercados das classes médias pelo “fordismo periférico”. Além disso, a estrutura desse comércio é bastante diferente daquela das exportações dos NPI para o Norte: os bens de capital representam 41% (contra 31%); e o vestuário, ao contrário, 5% (contra 21%). O coeficiente de capital das exportações mostra-se duas vezes mais elevado. Finalmente, nesses mercados, os NPI (inclusive Índia e Paquistão) começam a exercer dominação tecnológica, uma vez que o fato de complementarem, progressivamente, a pauta de suas atividades produtivas — mesmo se não em termos da última palavra em tecnologia mundial — permite-lhes exportar hoje não somente bens de capital a baixo preço como também serviços de engenharia.

3.4 – É o “fordismo periférico” uma reedição do fordismo central?

“Mundialização do fordismo”, “taylorização primitiva”, “fordismo periférico”, “nova divisão internacional do trabalho” são todos conceitos a manipular com precaução, mesmo que tenhamos demonstrado sua utilidade enquanto conceitos, isto é, enquanto “escada”, enquanto “rede” lançada sobre o Mundo para apreender as relações entre os fenômenos. Quanto a esses fenômenos de industrialização do Terceiro Mundo, avaliamos sua importância e procuramos entender suas lógicas. Mas os conceitos dessas lógicas, tal um quadriculado de coordenadas traçado sobre um mapa, servem apenas para tocar de leve na realidade concreta das formações econômicas e sociais nacionais do Terceiro Mundo: **“retiramos água do oceano com uma concha”**, dizia Newton.

Recusamo-nos a esboçar até mesmo uma tipologia das combinações concretas dessas lógicas no interior dos regimes de acumulação reais. Se, indiscutivelmente, tudo separa o Mali da Argentina, na própria categoria dos NPI não existe senão uma longínqua relação entre o Brasil e a Coreia. No interior de cada país, combinam-se as estratégias e as lógicas mais diversas. O México exporta petróleo e mão-de-obra, transforma sua fronteira norte em uma quase zona franca de *sweat shops* para as firmas norte-americanas, exporta peças de automóveis para os Estados Unidos e Europa, desenvolve processos siderúrgicos revolucionários. . . Os pastores do Sahel têm pouco a invejar dos bóias-frias do Nordeste brasileiro em época de seca, e a divisão sexual do trabalho permite, frequentemente, a coexistência da taylorização primitiva (as mulheres na eletrônica e no têxtil) e do “fordismo periférico” (os homens na indústria automobilística).

Quanto à divisão internacional do trabalho considerada como um todo, mesmo se limitando à “nova divisão do trabalho”, pareceu-nos bem afastada da simplicidade que lhe conferia tanto a antiga como a nova ortodoxia. De qualquer modo, não está certamente reduzida a uma divisão manufatureira do trabalho no seio das firmas transnacionais, de acordo com o preço e a qualificação da mão-de-obra. Ela é, antes de mais nada, o resultado – em um corte instantâneo – de um processo de difusão desigual das relações capitalistas, país por país, e – em especial – do modelo fordista (estendido, como já o vimos, às atividades não fordianas), não apenas no tocante à organização do trabalho, como também ao crescimento dos mercados e à transformação dos modos de vida.

Dizer isso não implica absolutamente voltar às diacronias deslocadas do modelo rostowiano, segundo o qual todos os países estariam lançados em uma aventura única, do *take-off* à era pós-industrial, ainda que nem todos tenham partido ao mesmo tempo. Há uma complementaridade sincrônica entre vastos mercados já desenvolvidos, bem como entre países que apostam na carta de suas próprias condições de exploração da mão-de-obra para tentar “colar-se” ao regime fordista, com base nos setores menos qualificados da divisão do trabalho, importando equipamentos e exportando bens banais.

É verdade que o regime de acumulação que tende, assim, a se estruturar faz pensar no exemplo da industrialização francesa do pós-guerra, com uma primeira

fase de reconstrução — graças às importações de bens de capital e “transferências de tecnologia” originárias dos Estados Unidos, financiadas pelo Plano Marshal, e aos empréstimos reembolsados por exportações de “bens populares” — e uma segunda fase de desenvolvimento do mercado interno, com absorção do campesinato pelo salariado, reconquista (até 1968) do domínio interno do Departamento I, etc.

Contudo as diferenças são visíveis: face ao movimento fordista, a França já dispunha de uma base industrial qualificada, e, sobretudo, começavam a surgir ao mesmo tempo as formas institucionais da integração do salariado, que iriam oferecer os mercados internos para o crescimento. O regime de transição do pós-guerra e os empréstimos Marshall apenas antecipavam a implantação de um regime de acumulação relativamente “autocentrado”, com procedimentos de regulação dependentes da soberania nacional. Um caso completamente diferente é o da industrialização periférica, que, enquanto regime de acumulação e modo de regulação, é, desde o início e de forma durável, internacionalizado. Para nuançar os termos da crítica de J. M. Cardoso de Mello (Mello, 1975), pode-se dizer que o fordismo brasileiro não é apenas tardio, como também periférico. A difusão dos bens de consumo de massa não segue a trajetória franco-italiana da “bicicleta-motocicleta pequena cilindrada/média cilindrada”, percorrida sucessivamente, nos anos 1950-60, por todas as frações do salariado — do jovem engenheiro ao operário especializado —, à medida que cresce a produção em massa. No Brasil, a produção automobilística tem início com operários que se deslocam a pé para fabricar veículos de média e grande cilindradas, concebidos na Alemanha, para classes médias já existentes tanto no Brasil como na Alemanha.

No comércio internacional, não é possível contentar-se em ser “tardio”, sendo-se necessariamente complementar, mesmo se o fato de ser “periférico” é um resultado e não uma explicação. Mas essa complementaridade é apenas uma configuração provisória, evolutiva e, na verdade, milagrosa: um “achado”.

Estaria fora de nosso propósito, neste trabalho, evocar as formas institucionais que possibilitaram uma estabilização provisória dessa complementaridade internacional durante os anos 70. Seria preciso levar em conta o papel — minoritário, ainda que, sem dúvida, iniciador e estruturador — das firmas multinacionais e dos acordos de subcontratação, bem como aquele decisivo — mas quão perigoso — dos bancos transnacionais, etc. Todavia sabemos o suficiente para perceber as razões da divergência invocada na introdução quanto ao fenômeno da metropolização.

4 — Algumas hipóteses sobre a metropolização

Por que as metrópoles “explodiram” nos países do “fordismo periférico” dos anos 70 (aliás, não em todos), enquanto o fordismo do pós-guerra difundiu-se melhor sobre o espaço na Europa dos anos 60? A simples intuição sugere imediatamente as seguintes respostas:

- porque, de qualquer modo, os países do Terceiro Mundo passavam por uma fase de explosão demográfica;
- porque seus campos expulsavam a população, ao passo que aqueles da França e da Itália conseguiam retê-la melhor;
- porque o fordismo, na medida em que é periférico, sabe implantar-se somente nas metrópoles.

Na verdade, situa-se, certamente, no cruzamento dessas três explicações.

4.1 — As tensões demográficas

A esquerda antiimperialista, em nome de uma concepção angélica do que seria um esquema de reprodução ideal, simplesmente descartou esse problema durante muito tempo: mais bocas para alimentar representam mais braços para alimentá-las. É verdade que isto é certo em um regime estável, quando, a cada ano, o número de ativos e o estoque dos meios de produção aumentam na mesma proporção da população. Ora, a explosão demográfica do Terceiro Mundo não é, justamente, a marca estatística de um regime estável, sendo, ao contrário, aquela de uma **transição demográfica**. Trata-se de uma transição entre o “antigo regime” (muitos filhos, muitas mortes prematuras) e o “novo regime”: poucos filhos, com esperança de vida prolongada.⁹

Argumentamos que a estabilização do regime fordista no Norte havia normalizado o tamanho das famílias (dois filhos, de forma a caberem na parte traseira do automóvel e a alcançarem sucesso nos estudos). Mas esse fenômeno complexo e de longa duração, iniciado precocemente nos países industriais desenvolvidos, não é, de modo algum, síncrono à irrupção das técnicas médicas, das regras de higiene e, das mudanças do modo de vida, que afetam, inicialmente, apenas uma pequena parcela da população no Terceiro Mundo, onde domina o antigo regime demográfico. É verdade que a transição já foi, em larga medida, iniciada e que a expansão aparentemente exponencial do Terceiro Mundo já acusa uma inflexão no sentido horizontal. Mas, por enquanto, os progressos da higiene fazem diminuir a mortalidade infantil e a dos idosos, sem aumentar, naturalmente, o número de adultos nascidos há uma ou duas gerações. Resulta daí um crescimento **temporário**, ainda que muito pesado, da carga econômica por pessoa ativa ou, mais precisamente, da **taxa de dependência** (relação entre os jovens e velhos e a população de 15 a 65 anos). O aumento dessa carga opera de forma a reduzir o crescimento da produtividade daqueles que trabalham. Opera, portanto, de modo a subtrair a parte disponível não somente para o crescimento do nível de vida de cada um como, sobretudo, a parte do produto acumulável.

⁹ Ver a análise histórica notavelmente perspicaz do Banco Mundial (Banque Mondiale, 1984).

A “relação de dependência” (no sentido dos demógrafos), que é da ordem de 56% nos países do fordismo central, está quase inversamente correlacionada ao “sucesso” dos NPI. De 1960 a 1980, caiu de 80 para 45% em Hong Kong e Singapura, de 86 para 60% na Coreia, de 86 para 72% no Brasil, estagnou de 96 para 93% no México e cresceu de 91 para 104% na Argélia.

Esse fenômeno pesa de forma decisiva na estagnação da grande maioria dos países de renda baixa ou intermediária. Ele em nada explica a ausência de reforma agrária, que permitiria aos subempregados viverem e fazerem viver os seus, bem como pouparem. Ele em nada explica a adoção de projetos “faraônicos”, que consomem a poupança ou o crédito e criam poucos postos de trabalho. Mas esse fenômeno existe, inclusive nos NPI, do México à Argélia.¹⁰

Ele não explica, no entanto, o fato de esse acréscimo populacional ter-se precipitado em massa para as metrópoles. É necessário dar mais um passo nessa explicação.

4.2 — “Fome de terra” e metropolização

Foi pela expropriação dos camponeses que, no tempo da acumulação primitiva no centro, se criou o proletariado, do qual a indústria tinha necessidade para sua acumulação extensiva. Por razões de ordem político-social, essa “pressão de expulsão” foi relativamente fraca em determinados países, entre os quais a França. A Revolução de 1789 havia entregue a terra a um pequeno campesinato, que a ela se aferrou tenazmente. Mas o crescimento, ainda que fraco, da produtividade agrícola bastou para assegurar, em pouco tempo, a alimentação a uma população global que não crescia de modo tão rápido como no Terceiro Mundo de hoje. Mesmo nos países de pequena produção mercantil agrícola, como a França e os Estados Unidos, a diminuição da participação da população agrícola já teve início no começo do século XIX. Com a irrupção de novas técnicas agrícolas aparentadas ao fordismo, a produtividade aumentou brutalmente, e o percentual da população vivendo da agricultura teve sua queda acelerada (Lipietz, 1977).

No entanto a ampliação do fordismo, como norma de consumo a toda população, campesinato incluído, exigia que os governos — através de políticas de sustentação das rendas agrícolas — assumissem a regulação da diminuição da população vivendo da agricultura, ao mesmo tempo em que assegurava — àqueles que nela permane-

¹⁰ Existe uma correlação bastante alta entre a elevação das rendas e a baixa da mortalidade. Ela é, contudo, muito mais vaga com relação à baixa da natalidade, onde o efeito de fatores políticos e culturais (controle de natalidade, etc.) se mostra muito mais nítido. Assim, a China pôde baixar a taxa de fecundidade, enquanto esta permaneceu constante, e muito alta, na Argélia.

ciam — uma certa “paridade de poder de compra” com relação às populações urbanas ou, ao menos, o acesso aos bens duráveis fordistas. Em suma, as reformas da legislação sobre a terra tinham estendido uma certa segurança de usufruto desta última para mais além da propriedade direta, ao estabilizarem o estatuto da *fermage*¹¹.

Assim, nos anos 60, chegou-se na França (e, parcialmente, em certas regiões da Itália ou dos Estados Unidos) a uma situação em que a família camponesa podia **permanecer em sua terra**, mesmo não tendo mais condições de assegurar uma renda a **todos** seus membros **vivendo de sua terra**. Existia uma pressão para abandonar a agricultura, mas não necessariamente o campo, nem, sobretudo, a região.

Ocorreu o mesmo na Coreia do Sul, onde a reforma agrária dos anos 50 e a política permanente de sustentação dos preços agrícolas asseguram, ainda hoje, a independência alimentar e a regulação dos fluxos migratórios campo—cidade, pensando certamente de forma decisiva no sucesso da Coreia no grupo dos NPI.

Mas nada de semelhante aconteceu no México e nem, sobretudo, no Brasil. Nesse país, o campesinato perdeu aos poucos os direitos de uso tradicional sobre parcelas de terra usadas na agricultura de subsistência e que, pelo menos, garantiam uma certa estabilidade de vida, mesmo se era necessário ir procurar nas fazendas um baixo salário para satisfazer a parte mercantil da reprodução. A bulimia de terras da agricultura capitalista intensiva e exportadora privou o campesinato não apenas de suas rendas, como também da própria possibilidade de permanecer no campo ou nas vilas. O rarefeito auxílio alimentar distribuído pelos governos desse tipo de países estava circunscrito às cidades, e a redistribuição das rendas das “classes médias”, pelo emprego doméstico, comércio ou setor informal, era somente efetiva nas cidades.

Avaliemos bem a diferença. Não basta constatar a diminuição do emprego no campo, ou da participação da população agrícola na população ativa, ou da agricultura no PIB. Essa diminuição foi **muito mais rápida** na França dos anos 1950-60 do que no Brasil dos anos 1970-80. Todavia, na maior parte dos países do Sul, por falta de reforma agrária e de sustentação das rendas do pequeno campesinato, não somente se tornou impossível continuar vivendo do trabalho da terra como não era mais possível viver econômica e, mesmo com frequência, juridicamente fora da cidade.

4.3 — Quando a indústria ignora o espaço-plano

Os dois fatores antes evocados bastariam para explicar a aglomeração urbana e a “favelização” do Terceiro Mundo. São, no entanto, insuficientes no que se refere aos NPI. Pois é ainda necessário responder à questão: por que a indústria, que cresceu mais rapidamente nesses países do que, historicamente, em qualquer outro

¹¹ Relativo ao aluguel da terra de uma exploração agrícola (N. do T.).

lugar no decurso dos anos 70, se concentrou em algumas metrópoles, em vez de se distribuir de forma harmoniosa através de uma rede de cidades médias, absorvendo a mão-de-obra livre, nascida da pressão demográfica e do êxodo rural?

Na França, assim como no Brasil, houve — e ainda há — uma política de sustentação das “metrópoles de equilíbrio”, depois das “cidades médias” e depois das regiões interioranas (na realidade, das pequenas cidades). Contudo, na França, essa política acompanhou o movimento econômico espontâneo, enquanto, no Brasil — tal como observado por Rochefort (1984) —, ela esteve afastada das tendências sócio-econômicas, vindo, portanto, a fracassar.

O cerne da questão não parece residir aí: o desenvolvimento do “fordismo periférico” opera em uma escala que exclui o espaço territorial e reduz os países a “pontos” em um espaço mundial discreto, enquanto o desdobramento dos circuitos de ramos fordistas nos territórios do centro visa, ao contrário, adaptar-se às *nuances* do tecido social especializado.

Baseadas nas metrópoles formadas antes ou durante a primeira fase do fordismo, as firmas que, na França, buscavam desdobrar o circuito de seu ramo produtivo (por “deslocalização” do estabelecimento ou por subcontratação) iam procurar no meio rural uma mão-de-obra menos bem paga e menos sindicalizada do que nas cidades industriais e que se reproduzia parcialmente através das atividades agrícolas. Elas negociavam com as municipalidades a instalação de zonas industriais, implantavam redes de transporte para a busca da mão-de-obra ou (mais freqüentemente no Japão e Itália) para o recolhimento dos produtos do trabalho a domicílio. E elas começam a fazer o mesmo na Coreia.

Uma firma multinacional que deseje praticar a taylorização primitiva dirige-se à Ásia — concretamente a uma zona franca — ou ao norte do México (a Tiyana), isto é, dirige-se a uma concentração preexistente de mão-de-obra de baixo custo, que — para ela — define o País. Uma firma multinacional que deseje praticar o “fordismo periférico” dirige-se ao Brasil, o que — para ela — equivale, freqüentemente, a São Paulo. E as firmas locais agem do mesmo modo. Porque é o conjunto do País que desempenha o papel de “zona III”. As diferenças de renda ou de qualificações internas ao País permanecem, na realidade, em segundo plano, face à diferença entre países de fordismo central e aqueles de “fordismo periférico”. Quanto aos vastos mercados locais, pressupostos pelo “fordismo periférico”, estes também só existem nas áreas metropolitanas.

Do ponto de vista da inserção na economia mundial, bem como daquele da constituição de um mercado local de classes médias, a formação nacional comprometida com a lógica do “fordismo periférico” tende a reduzir-se a um ponto, materializando-se e concentrando-se tal ponto, espontaneamente, em algumas metrópoles.

5 — À guisa de conclusão

Deixamos aos geógrafos a preocupação de testar a validade dessas reflexões de um economista. Enquanto economista de um país “central”, não nos permitiremos

também desenvolver a crítica política de um modelo de desenvolvimento, cujos efeitos desastrosos eles conhecem melhor do que nós. Mas a experiência do crescimento fordista na França fornece algumas indicações a respeito do que contribuiu, nesse país de “fordismo tardio”, e poderá, talvez, contribuir no país do “fordismo periférico”, para reverter a tendência (caso seus cidadãos assim o julgarem desejável).

Inicialmente, o fato de a transição demográfica ter sido completada na França antes do desenvolvimento fordista facilitou, consideravelmente, as coisas. Mesmo regulando da melhor forma suas relações sociais e seu modelo de desenvolvimento, a Argélia, por exemplo, dificilmente escapará a complicações no domínio demográfico. Acelerar essa transição pressupõe a afirmação do direito das mulheres de dispor de seu corpo e um esforço correspondente contra a mortalidade infantil.

Em seguida, os compromissos sociais estabelecidos na França após 1945 deram-lhe os meios de regular o ritmo das “saídas” da agricultura em função daquele de criação de empregos industriais e terciários. O modelo fordista francês (como todo fordismo central) realizou uma redistribuição dos ganhos de produtividade entre todas as classes sociais, rurais e urbanas. O mercado desenvolveu-se, então, ao mesmo tempo em todos os lugares, apesar de importantes desigualdades inter-regionais, dispondo as regiões subindustrializadas, de certa forma, dos prazos e meios para “atraírem” os estabelecimentos industriais e o terciário moderno para ali se instalarem. Tais compromissos implicam formas institucionais de redistribuição da renda nacional, de maneira relativamente independente das diferenças locais ou setoriais de produtividade: diminuição do leque de rendas individuais, fixação de um salário mínimo não muito abaixo do salário mediano e criação de um vasto Estado-Providência.

Finalmente, a indústria francesa e os empregos modernos expandiram-se de modo não muito desequilibrado sobre o território, uma vez que a economia nacional desenvolveu-se, de início, para ela mesma.¹² A “autocentragem” de um Estado-Nação é uma condição de seu equilíbrio inter-regional. O sistema de infra-estrutura representa outra condição necessária, ainda que não suficiente. O essencial reside na escolha do modelo econômico de desenvolvimento. Garantir uma “autocentragem” não se resume a um baixo grau de abertura comercial. Isso também significa que a renda e o modo de vida das classes médias e superiores são voluntariamente limitadas por uma conveniente avaliação das possibilidades atuais do país e pela opção de assegurar, a uma grande maioria do assalariado e do povo trabalhador, um modo de vida que não esteja a anos-luz daquele dos privilegiados. É com base nessa condição que o salário pode-se tornar “o suficientemente” elevado nas metrópoles, de forma que as firmas sejam incitadas a escolher outra localização territorial, e a renda tornar-se “não excessivamente” reduzida nas regiões hospedeiras, de modo a que

¹² Evidentemente, tudo isso é relativo: a própria França padece de graves desequilíbrios regionais (Lipietz, 1977), sendo que as políticas monetaristas liberais tendem atualmente (de modo típico, nos Estados Unidos) a relançar o processo de polarização-metropolização.

elas possam encontrar aí uma mão-de-obra já estabilizada e mercados regionais (o que é apenas interessante para firmas que não são unicamente exportadoras).

A metropolização explosiva poderia ser nada mais do que a marca espacial de uma polarização social explosiva!

Bibliografia

- AGLIETTA, M. (1976). *Régulation et crises du capitalisme*. Paris, Calmann-Lévy.
- BANQUE MONDIALE (1983). *Rapport sur le développement dans le monde*.
- (1984). *Rapport sur le développement dans le monde*.
- BOLTANSKI, L. (1982). *Les cadres*. Paris, Minuit.
- BOYER, R. & MISTRAL, J. (1978). *Accumulation, inflation et crise*. Paris, PUF. (reedição ampliada 1983).
- CORIAT, B. (1979). *L'atelier et le chronomètre*. Paris, Bourgois.
- GRANOU, A.; BARON, Y.; BILLAUDOT, B. (1979). *Croissance et crise*. Paris, Maspéro.
- LIPIETZ, A. (1977). *Le capital et son espace*. Paris, Maspéro. /edição aumentada 1983/.
- (1979). *Crise et inflation: pourquoi?* Paris, Maspéro.
- (1983). *Les transformations dans la division internationale du travail: considérations méthodologiques et esquisse de théorisation. Les Temps Modernes*, out. /Palestra no Colóquio de Ottawa: Le Canada et la Nouvelle Division Inaternationale du Travail/.
- (1983a). *Le fordisme périphérique étrangle par le monétarisme central. Amérique Latine*, (16), dez. /Colóquio de Paris: Vers un nouvel ordre mondial?/.
- (1985). *Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisations dans le tiers monde*. Paris, La Découverte.
- MISTRAL, J. (1982). *La diffusion internationale inégale de l'accumulation intensive et ses crises*. In: REIFFERS, J. L., ed. *Économie et finance internationale*. Paris, Dunod.
- MELLO, J. M. Cardoso de (1975). *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense. /edição de 1982/.
- PALLOIX, C. (1973). *Les firmes multinationales et le procès d'industrialisation*. Paris, Maspéro.
- REY, P. P. (1969). *Sur l'articulation des modes de production*. In: —. *Les alliances de classes*. Paris, Maspéro.

ROCHEFORT, M. (1984). Villes moyennes et developpement: le cas du Brésil. *Courrier du CNRS*, (57), jul. /Suplemento/.

SALAMA, P. & TISSIER, P. (1982). *L'industrialisation dans le sous-développement*. Paris, Maspéro.

Abstract

This article is composed by five parts. In the first one the author defines fordism as the new model of development of capitalism after World War II. Section two introduces the concept of peripheral fordism. The third part contains an evaluation of fordism. In the following section the differences between "central" and "peripheral" fordism are established. The conclusion contains some reflections on the subject of the determination of a general social and economic policy capable of interrupting metropolitan explosion.